

GB
7/6/98 15
EUBR 0029

Balbina, um desastre em dose dupla

Ronaldo Brasiense
Enviado especial

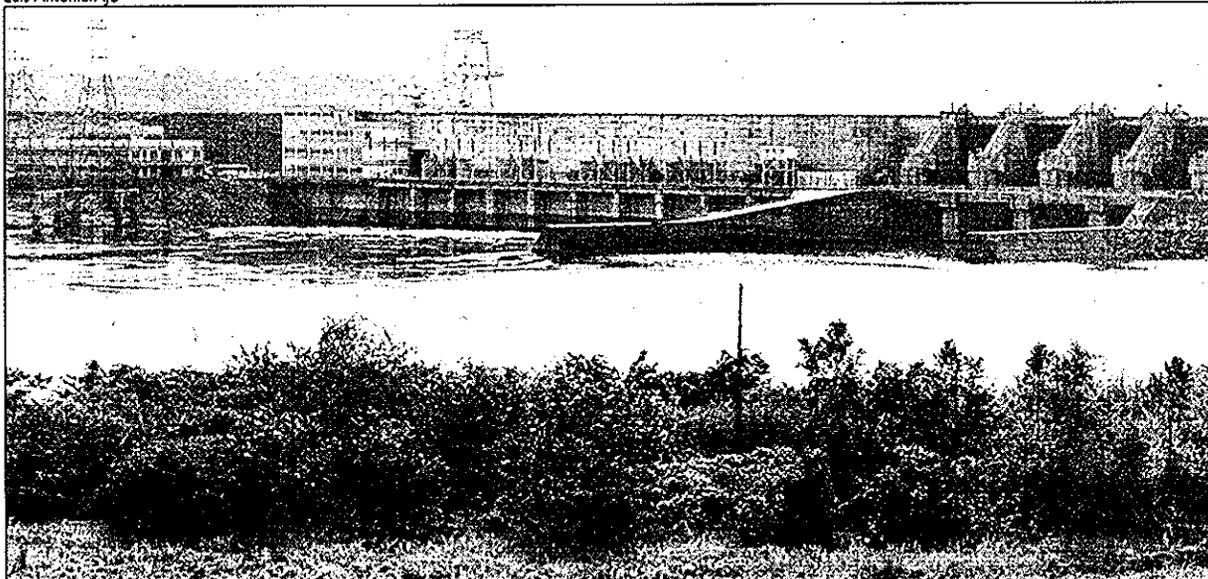
Manaus (AM) — Não é apenas uma tragédia ecológica. É um desastre financeiro com dinheiro público. A hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, a 140km de Manaus, que consumiu US\$ 750 milhões dos cofres da Nação, está praticamente paralisada. Projetada pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletrobrás) para gerar 250 megawatts de energia, ela gera hoje 12 vezes menos. O reservatório de água do lago formado pela barragem do rio Uatumã atingiu neste semestre um dos níveis mais baixos dos últimos anos — o que impossibilita que as turbinas instaladas produzam energia elétrica a plena carga.

Hoje, Balbina gera apenas 20 megawatts, enquanto a demanda de energia de Manaus, a capital do estado, já chega a 480 megawatts, principalmente por causa do grande consumo de energia do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus. Seu reservatório inundou uma área de 236 mil hectares — quase do tamanho do lago da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará — mas gerando 20 vezes menos energia. Cada megawatt produzido por Balbina sacrificou, proporcionalmente, 31 vezes mais floresta que a hidrelétrica de Tucuruí.

A usina foi construída no meio da floresta amazônica e trouxe apenas um benefício: a lição sobre o que deve ser evitado no planejamento futuro da Amazônia. O reservatório da usina de Balbina foi projetado para uma área extremamente plana. Isso fez com que 33% da área do lago formado pela barragem tenha menos de quatro metros de profundidade.

Outro dano irreversível provocado por Balbina foi a inundação de parte da reserva indígena Waimiri-Atroari, o que obrigou a Funai a remanejar várias aldeias para outras áreas não inundáveis. O lago da hidrelétrica também sepultou sítios arqueológicos que vinham sendo investigados por antropólogos do Instituto Nacio-

Luis Antônio/AJB



Hidrelétrica de Balbina: muito dinheiro gasto para gerar pouca energia e expulsar os índios Waimiri-Atroari

nal de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e de universidades brasileiras.

“Balbina é exageradamente cara até mesmo em relação a obras de grande porte como Itaipu e Tucuruí, perturbadora para a vida das populações das margens do rio Uatumã e desastrosa sob o ponto de vista ecológico”, analisa o ecólogo norte-americano Philip Fearnside, pesquisador do Inpa. Entre os erros técnicos de Balbina, destaca-se a diferença entre a capacidade nominal de produção da hidrelétrica e a quantidade real de energia que ela conseguiu gerar. O projeto previa a geração de 250 megawatts de eletricidade, através de cinco geradores de 50 mw, mas a vazão limitada da água do rio Uatumã sempre apontou para uma produção de energia bem menor.

A vazão média anual do Uatumã no local da barragem é pouco superior ao necessário para duas turbinas de 50 megawatts, o que já era sabido desde a realização dos estudos de viabilidade da obra.

“A quantidade limitada de água é consequência inevitável da pequena bacia hidrográfica de Balbina, apenas oito vezes maior que a própria área do reservatório, situação tecni-

camente incomum em projetos hidrelétricos”, constata Fearnside.

E o que é pior: apenas 50 quilômetros quadrados (2% da área inundada) foram desmatados antes do fechamento da barragem, o que possibilitou o aumento da acidez da água, comprometendo a manutenção da usina. A extensa área de águas rasas facilita a presença de uma vegetação aquática enraizada no fundo, o que poderia afetar a represa inteira.

ECONOMIA

Sob o ponto de vista econômico, Balbina também é um absurdo. Philip Fearnside compara a hidrelétrica às pirâmides do Egito, construídas pelos faraós e que passaram à histórica como exemplos de obras que exigiram o esforço de uma sociedade inteira e apresentam retorno econômico e benefícios sociais praticamente nulos.

O custo inicial de construção da usina, estimado em US\$ 383 milhões, mais do que dobrou. A própria Eletronorte admite gastos de US\$ 750 milhões, apenas no canteiro de obras, o que elevou o custo de cada quilowatt de capacidade instalada para US\$ 3 mil, enquanto em

Tucuruí esse custo foi de US\$ 675/kw, o que representa 22,5% do custo de Balbina.

Os primeiros estudos de viabilidade técnica e econômica de Balbina foram feitos entre 1975 e 1976, quando o preço do petróleo estava no ápice e a tecnologia de transmissão de energia a longa distância era menos avançada. O Banco Mundial (Bird) negou pedido de financiamento específico para Balbina, mas acabou concedendo, posteriormente, um empréstimo setorial para que o Brasil aumentasse a capacidade de geração de energia, sem examinar detalhadamente os projetos. Balbina, portanto, acabou escapando tanto ao controle ambiental brasileiro como ao dos técnicos do Banco Mundial.

Os governos militares insistiram no projeto, considerando-o irreversível. Em 1989, já em plena redemocratização, o presidente da Eletrobrás, Marió Bhering, classificou Balbina como “um mau projeto”, repetindo o que, em 1986, disse o presidente da Eletronorte, Miguel Nunes, que reconhecer ser Balbina um erro que não deveria ser repetido. Apesar das declarações condenatórias, a hidrelétrica foi concluída.